

Conselhos profissionais barram diplomas falsos

Casos de falsificação são identificados e encaminhados ao Ministério Público

Nem é preciso procurar demais. Basta uma pesquisa simples na internet para encontrar sites onde é possível comprar um diploma de grandes universidades e cursos concorridos. Segundo esses pró-

prios sites, os diplomas em questão seriam 'quentes' – com toda a documentação legal, carimbos, registros e o que mais fosse necessário para apagar qualquer indício de criminoso.

Embora não existam números oficiais sobre a falsificação de diplomas no Ministério da Educação (MEC), os casos mais conhecidos estão nos cursos clássicos, como Administração e Direito. Todos os meses, o Conselho Regional de Administração de São Paulo (CRA-SP) identifica e impede tentativas de registros de diplomas falsos. Além, é claro, de encaminhar ao Ministério Público os casos de falsificação.

Em um dos casos mais notórios, foi apresentado ao CRA-SP um diploma de uma universidade que sequer havia aberto um curso de administração. Imediatamente, a falsificação foi identificada e o caso levado ao Ministério Público.

Barreiras

Para o assessor jurídico da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), José Roberto Covac, os conselhos profissionais podem contribuir para a diminuição desse tipo de fraude. "Com a fiscalização dos Conselhos, conseguimos criar mais uma barreira para impedir esse tipo de crime. Essa é mais uma importante tarefa de um Conselho como o CRA-SP, por exemplo," afirma. Covac alerta que a maioria dos

tais diplomas prometidos pelos falsários sequer são entregues. "Isso sugere que não existem funcionários ou pessoas ligadas às universidades envolvidas. O que acontece é que o interessado paga uma primeira parcela e, depois, o falsário desaparece", conta.

Já para o conselheiro do CRA-SP, o consultor Carlos Monteiro, especializado em educação, o crime está cada vez mais sofisticado e menos grosseiro. "É um tipo de crime que tem tentáculos nas próprias instituições – usando modelos, carimbos e registros oficiais", diz. "A solução é aumentar as barreiras e criar um pente-fino que vai desde a tecnologia na hora de analisar um documento à contratação de um funcionário pelas universidades", completa.

Monteiro também acredita que para frear esse tipo de prática seria preciso acabar com a sensação de impunidade que continua relacionada com esse tipo de contravenção. "Não é só o falsário que precisa sofrer punição. A lei tem que punir o outro lado também. Quem compra um diploma falso também é responsável por alimentar essa indústria criminosa", diz. "Outro detalhe, engana-se quem acha que só compra diploma quem não teve condições de fazer uma faculdade ou pessoas sem cultura, existem casos de pessoas importantes e reconhecidas na sociedade que já se utilizaram desse tipo de subterfúgio", afirma Monteiro.

